

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO



PARECER DE DESCONFORMIDADE

PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA N.º 5419 “ERVILHÃO” (*Projeto de execução*)

Blocifel – Materiais de Construção, Lda.

Comissão de Avaliação

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
Direção Geral de Energia e Geologia
Laboratório Nacional de Energia e Geologia
Direção Regional da Cultura do Centro
Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Coimbra, janeiro de 2023

ÍNDICE

1. Informação geral..... 1

2. Descrição Sumária do projeto..... 2

3. Análise da conformidade do EIA 3

4. Conclusão 11

1. INFORMAÇÃO GERAL

Com o propósito de encetar o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental previsto pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (RJIAA), foi submetido na plataforma digital de suporte ao Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental (SILiAmb) o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto de Ampliação da Pedreira n.º 5419 “Ervilhão” e do qual é proponente a empresa Blocifel, Materiais de Construção, com o NIF nº 500779945.

A unidade sobre o qual incide o projeto de ampliação localiza-se no concelho de Pinhel, freguesia de Alto do Palurdo.

De acordo com o RJIAA, nomeadamente o disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 8.º e tendo em consideração a tipologia e a localização de projeto a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) desempenha as competências de Autoridade de AIA tendo para o efeito nomeado, ao abrigo do artigo 9.º do RJIAA a Comissão de Avaliação (CA) constituída pelas seguintes entidades e seus representantes:

- CCDRC/DSA/DAA (ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º) – Presidência, coordenação, consulta pública e solos e uso do solo: Eng.ª Maria Fernandes;
- CCDRC/DAA (ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º) – Qualidade do Ar: Eng.ª Helena Lameiras;
- CCDRC/DLPA (ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 9.º) – Plano Ambiental de Recuperação Paisagística: Eng.ª André Gomes
- CCDRC/DSDR (ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 9.º) – Socio-economia: Dra. Rita Pinto;
- CCDRC/DSF (ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 9.º) - Ruído: Eng.º Fernando Repolho;
- DGEG (ao abrigo da alínea h) do n.º 2 do artigo 9.º) - Entidade licenciadora: Eng.º Álvaro Saraiva;
- APA, I.P. (ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º) - Recursos Hídricos: Arq. André Nascimento;
- ANEPC (ao abrigo da alínea k) do n.º 2 do artigo 9.º) - Análise de Riscos: Dr. José Rabaça;
- ARSC, I.P. (ao abrigo da alínea i) do n.º 2 do artigo 9.º) – Saúde Humana: Dra. Ana Isabel Viseu;
- LNEG (ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º) – Geologia: Dr. Carlos Ângelo;
- DRCC (ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º) – Património: Dr. Carlos Banha;
- APA, I.P. (ao abrigo da alínea j) do n.º 2 do artigo 9.º) – Alterações Climáticas: não irá participar na respetiva Comissão de Avaliação

A CA contou ainda com a colaboração da Eng.ª Maria Celeste Marques, da DSR da Guarda, na verificação da conformidade do projeto com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), que acompanhou todo o procedimento de AIA.

O EIA foi elaborado entre setembro de 2021 e julho de 2022 por uma equipa multidisciplinar da empresa Monitor e foi submetido acompanhado do Plano de Pedreira (Plano de Lavra e Plano de Recuperação Ambiental e Paisagística), sendo constituído pelos seguintes elementos:

- Resumo Não Técnico (RNT)
- Relatório Síntese

- Outras peças informativas submetidas no âmbito do pedido de elementos

Com o objetivo de avaliar a conformidade do EIA, e atendendo a que o mesmo não vinha acompanhado de comprovativo de Conformidade, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 14.º do RJAIA, foram apresentados o projeto e o EIA no dia 27.10.2022, seguida de reunião da Comissão de Avaliação (CA), realizada por meios telemáticos. No seguimento dessa reunião verificou-se a necessidade de se solicitar elementos adicionais ao proponente.

Em 09.11.2022, através da plataforma do SILiAmb foram solicitados Elementos Adicionais sob a forma de aditamento ao EIA ao abrigo do n.º 9 do artigo 14.º do RJAIA, pelo prazo de 45 dias, tendo o proponente apresentado os mesmos dois dias antes do término do mesmo.

São objetivos desta fase de apreciação prévia da conformidade do EIA, verificar se o EIA não apresenta omissões graves e se é metodologicamente fundamentado e rigoroso do ponto de vista científico, contemplando toda a informação necessária às fases de avaliação subsequentes.

Esta atividade assegura uma decisão devidamente fundamentada garantindo a concretização dos objetivos de sustentabilidade e de proteção ambiental inerentes ao procedimento de AIA, enquanto instrumento fundamental da política de ambiente.

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO

A informação constante deste capítulo foi retirada dos elementos apresentados no âmbito do procedimento de AIA.

A Pedreira n.º 5419 “Ervilhão” foi inicialmente explorada por José Bento & Filhos, Lda., para fornecimento de material inerte para a construção do IP5, e foi posteriormente adquirida pela BLOCIFEL - Materiais de Construção, Lda., em 1990. Em 26 de novembro de 1991 foi-lhe atribuída a licença de estabelecimento pela Direção Regional da Indústria e Energia do Norte.

De forma a proceder ao licenciamento da ampliação da área licenciada para 24,1ha o projeto foi submetido a um procedimento de AIA, tendo sido emitida uma DIA Favorável Condicionada em 6 de março de 2006. A BLOCIFEL obteve uma licença de exploração concedida por despacho de 18 de janeiro de 2007 da ex-DREC, ao abrigo do art. 29 do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro. A licença foi concedida para uma área total de 24,1ha e uma área de escavação de 8,9ha.

O presente projeto localiza-se na freguesia de Alto do Palurdo, concelho de Pinhel, e tem por objetivo a ampliação da área licenciada da pedreira do Ervilhão, de 24,1ha para uma área de 34,1ha.

A área proposta a licenciar é de 34,1ha nos quais ficará inscrita a área de exploração/escavação que atingirá 23,5ha. O objetivo da exploração é a produção de produtos de granito industrial (produção de inertes) para construção civil e obras públicas.

De acordo com o Plano de Lavra a metodologia baseia-se no desmonte a céu aberto com recurso a explosivos. A abertura dos furos (perfuração) para a colocação dos explosivos será realizada com

equipamento hidráulico. Com as explosões serão obtidos blocos de diferentes dimensões. A produção de grandes blocos obrigará a operação de taqueio (operação de diminuição de calibre de grandes blocos que não possuam dimensão para entrada direta na boca do britador primário resultantes da operação de desmonte, obrigando a operações secundárias de redução de calibre através do uso de explosivo, ou utilização de martelo hidráulico). O Plano de Lavra prevê um consumo de explosivo anual máximo, para uma razão de carregamento média de 400 g/m³, de cerca de 60 ton. A remoção do material desmontado é feita por giratórias escavadoras que fazem o seu carregamento para dumpers, os quais transportam o material para a boca do britador primário. Na unidade de britagem serão produzidos diferentes lotes de material segundo a sua granulometria e características do granito.

Tal como acontece atualmente, o material desmontado na pedreira será todo tratado nesta instalação de britagem, salvo os materiais que possam não ter a qualidade desejada para comercialização e sejam armazenados para a recuperação paisagística da pedreira. Podem também existir algumas terras que sejam separadas no tapete de entrada e que serão guardadas também para serem utilizadas na recuperação paisagística da pedreira.

3. ANÁLISE DA CONFORMIDADE DO EIA

A fase de conformidade do procedimento de EIA tem por objetivo verificar se o EIA enquanto documento técnico, não apresenta omissões relevantes, é metodologicamente fundamentado e rigoroso do ponto de vista científico, contemplando toda a informação necessária às fase de avaliação subsequentes e permitindo uma tomada de decisão devidamente fundamentada e que garanta a concretização dos objetivos de proteção ambiental inerentes ao procedimento de AIA, enquanto instrumento fundamental de uma política de desenvolvimento sustentável.

Os critérios utilizados na ponderação sobre a conformidade do EIA são os constantes no documento emanado pelo Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente "*Critérios para a fase de Conformidade em AIA*" disponível no *Site* da Agência Portuguesa de Ambiente – <http://www.apambiente.pt>.

De acordo com os Critérios supramencionados, é proposta a desconformidade do EIA, sempre que o aditamento não dê resposta adequada ao pedido de elementos adicionais da Comissão de Avaliação, em aspetos relevantes e essenciais à avaliação ambiental do projeto.

Analisado o aditamento ao EIA, verifica-se que o mesmo não deu resposta adequada e suficiente ao solicitado.

No ponto seguinte procede-se à análise específica das deficiências e lacunas da informação apresentada no EIA e do aditamento ao EIA face aos Critérios acima referidos, dando destaque ao fator ambiental recursos hídricos e ao PARP.

Realça-se que o presente parecer não pretende constituir uma listagem exaustiva de todas as lacunas e deficiências do EIA, mas sim apresentar as evidências suficientes que permitam fundamentar uma decisão relativamente à conformidade do mesmo.

3.1. Recursos Hídricos

No pedido de elementos adicionais foi solicitado:

- 3.1.1. Esclarecimento quanto ao carácter das linhas de água que atravessam a área de exploração, com representação do traçado atual, existência de passagem hidráulica a montante da exploração e registo fotográfico;

Na resposta ao pedido de elementos adicionais sob a forma de Aditamento ao EIA, deveria ter sido demonstrado se existe interferência deste projeto com áreas integrantes do domínio hídrico, se existem dentro da área a licenciar linhas de água que seja possível salvaguardar.

Por outro lado, não são claras as medidas propostas para garantir as condições de drenagem imediatamente a jusante da pedreira.

- 3.1.2. Solução para o tratamento das águas residuais, domésticas e industriais produzidas no local.

Na resposta apresentada, apenas é feita referência a soluções de tratamento precárias e não licenciadas, com impactes sobre o solo e o meio hídrico, as quais se entende deveriam estar em fase de licenciamento.

Não é definida qualquer solução existente ou proposta para o tratamento das águas potencialmente contaminadas armazenadas na bacia de decantação (que não é dimensionada) ou para o destino destas águas em caso de transbordo.

3.2. Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística

- 3.2.1. No ponto 16.2. do Pedido de Elementos adicionais, foi solicitado o seguinte:

- Sendo prevista a formação de lagoa(s) apresentar demonstração técnica de que a mesma se irá formar nos moldes previstos, tendo em conta, nomeadamente as características físicas da massa mineral (ex. fracturas; diaclasamento das massas coesas), o nível freático, a pluviosidade e a evaporação.

Da análise dos elementos submetidos, verifica-se que não é apresentada uma fundamentação técnica e detalhada para a formação da lagoa conforme solicitado no pedido de elementos adicionais. Sendo certo que se observa já no presente uma lagoa na corta da exploração, e que as observações feitas na resposta ao pedido de elementos são perfeitamente verosímeis, não foi demonstrado tecnicamente que a lagoa se irá formar, no futuro após a conclusão dos trabalhos de recuperação ambiental e paisagística, nos moldes previstos no PARP. O proponente não apresentou qualquer estudo ou justificação com base em dados de pluviosidade e evaporação, de maneira a estabelecer um balanço hídrico anual, para assim determinar com segurança a cota de equilíbrio do espelho de água a formar-se no vazio de escavação, assim como o horizonte temporal para se atingir este equilíbrio e uma estimativa das variações desta cota de equilíbrio nos períodos de chuva e de seca.

Esta informação é determinante para avaliar a adequação do PARP, nomeadamente porque a solução proposta apresenta características diferentes para as operações de enchimento, modelação e reflorestação para as bancadas que se encontram abaixo e acima da cota de equilíbrio considerada para a lagoa (667 m), como se ilustra na Figura 1.

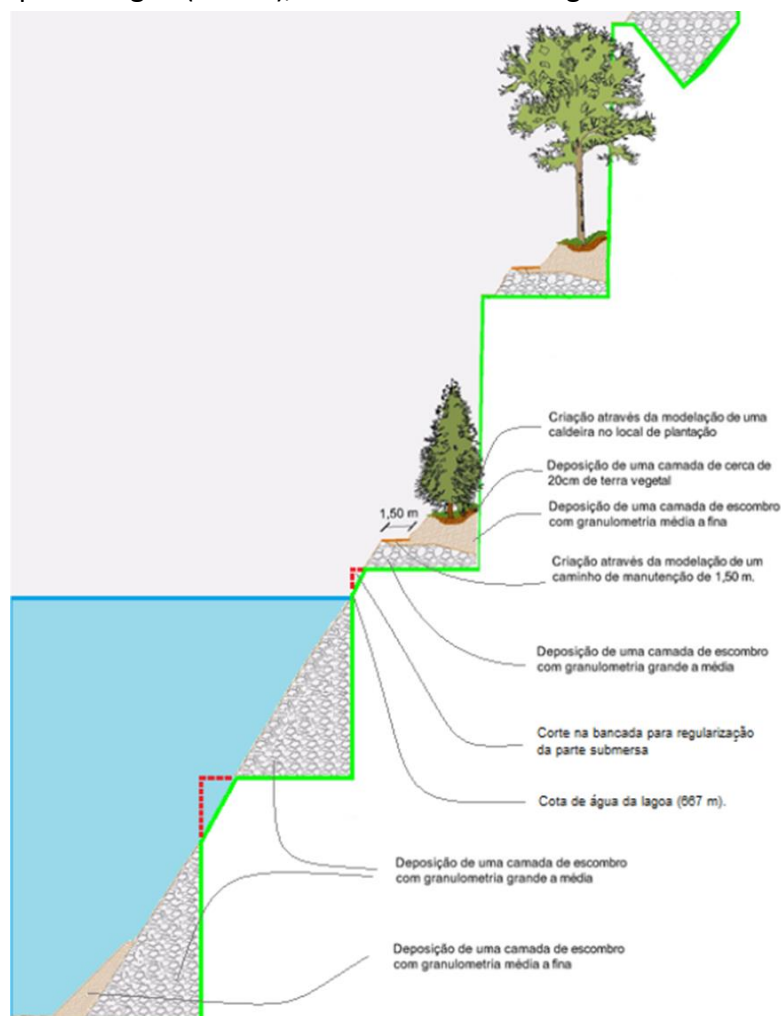


Figura 1. Esquema ilustrando a solução de recuperação ambiental e paisagística no vazio de escavação.
(Fonte: Elementos Adicionais Para Efeitos de Conformidade do EIA, pg. 34.)

3.2.2. No ponto PEA 16.2. do pedido de Elementos adicionais foi solicitado:

- A memória descritiva e justificativa deverá incluir a descrição do modo como será efetuada a regularização/modelação do terreno com vista à sua requalificação, a qual deverá ser acompanhada de esquemas elucidativos (ou plantas ou perfis) que permitam a adequada perceção da intervenção e que deve estar articulada com o cronograma das operações;

3.2.3. E no ponto PEA 16.1.5. Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística

- Área a intervencionar, nomeadamente a apresentação de cálculos ou a justificação dos valores da área a recuperar, assim como a justificação da quantidade de estêreis necessários para a recuperação;

- Deverão ser apresentados os valores (com a sua justificação) da área de modelação das bancadas e volume de enchimento das bancadas na 2ª fase do PARP, e do volume de enchimento da cavidade na 3ª fase do PARP;

Relativamente à descrição do modo como será efetuada a regularização/modelação do terreno com vista à sua requalificação (acompanhado de esquema elucidativo) e a quantidade de estéreis necessários para a recuperação da pedreira e em resposta ao pedido de elementos, de forma a esclarecer as operações de enchimento das bancadas com vista à sua modelação e regularização, veio o proponente apresentar um esquema, na página 34 do documento “RESPOSTA_PEA_ERVILHAO_JANEIRO_2023”, apresentado na Figura 1, com representação da solução a aplicar na recuperação da pedreira e que foi incorporado também na mais recente versão do Plano de Pedreira. Este esquema é, no entanto, incoerente com outras informações apresentadas nas várias peças escritas e desenhadas do projeto.

Em primeiro lugar, para o enchimento dos degraus inferiores à cota 668 m, que alegadamente ficarão submersos, o esquema representa um ângulo dos taludes de cerca de 56° (no mínimo), o que é incoerente com o indicado na página 33 do mesmo documento, que propõe a “criação de pequenos taludes de declives não superiores a 1:2, utilizando material da própria exploração, de modo a garantir a estabilidade e a possibilidade posterior de enchimento com água de forma a criar um lago”, que resultaria em taludes com um ângulo de 27°. Assim, a solução ilustrada no esquema, para além de não garantir a necessária estabilidade dos materiais não coesos utilizados no enchimento, é incoerente com a informação escrita no mesmo documento e com os perfis do PARP apresentados na peça desenhada “Desenho n.º 5 – Perfis Finais de Recuperação – PARP” de dezembro 2022, que se representa a título de exemplo na Figura 2.

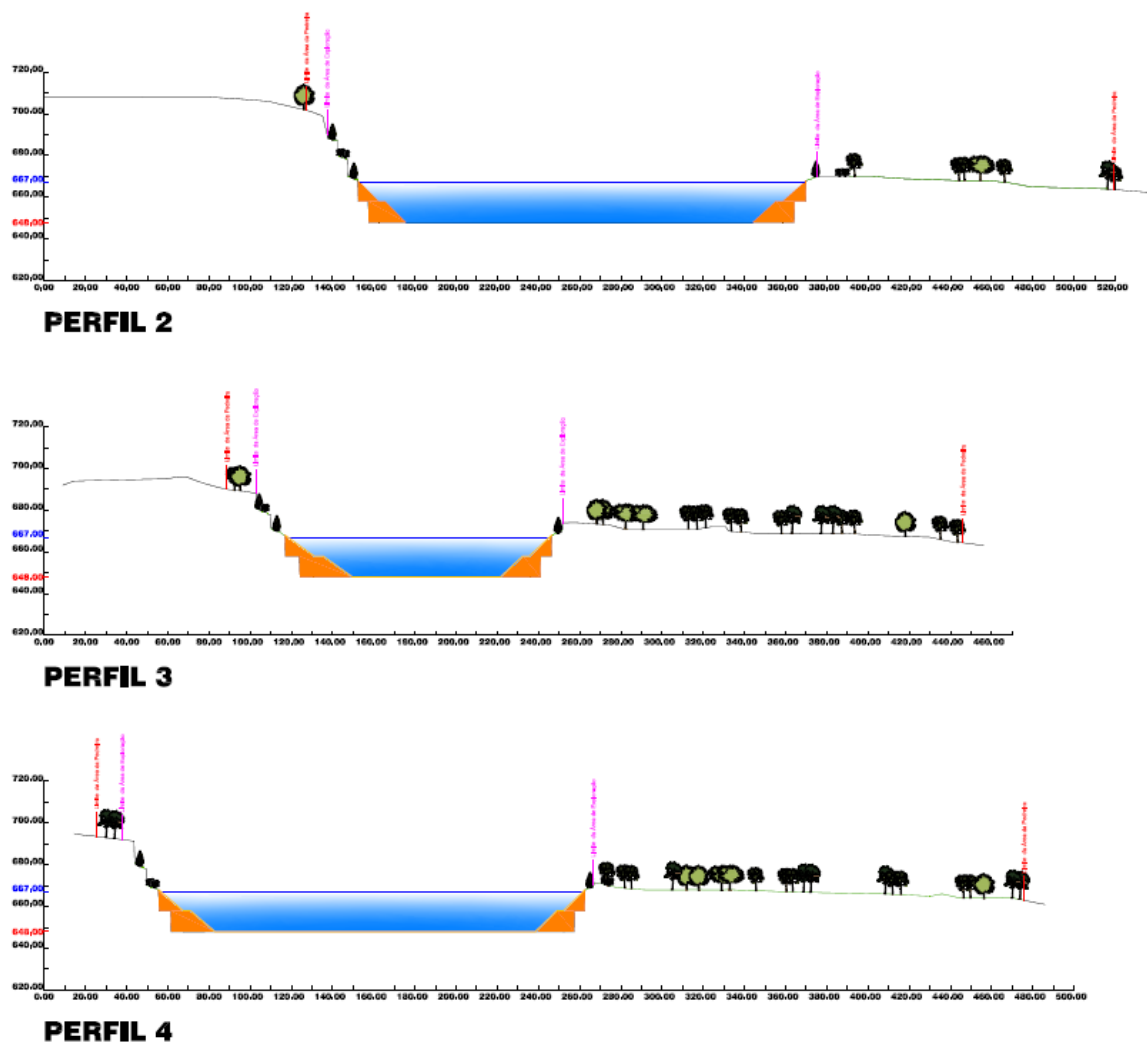


Figura 2. Ilustração dos perfis da solução de recuperação paisagística e ambiental a adotar. (Fonte: Desenho n.º 5, Dezembro de 2022).

Relativamente à quantidade de estéreis necessários para a recuperação da pedreira, é apresentada uma reformulação do Quadro 13 (Tabela 1) apresentado anteriormente no Plano de Pedreira, onde o proponente indica, por bancada, a área de recuperação, a altura de recuperação média e os materiais necessários (volume em m³). A informação apresentada neste quadro é mais uma vez incoerente com outros elementos do projeto, começando pelo esquema referido atrás, já que para a bancada 668 - 658 é indicada uma altura de recuperação média de 5 m, quando no esquema é feito o enchimento total do degrau (cerca de 9 m de altura), e para a bancada 658 – 648 não é sequer apresentada qualquer informação, indicando uma necessidade de 0 m³ de estéreis para o enchimento, quando, no esquema, o enchimento é, pelo menos, igual ao da bancada acima desta (668 – 658). Mais ainda, esta informação apresentada para a bancada inferior é incoerente com os perfis do PARP apresentados na peça desenhada “Desenho n.º 5 – Perfis Finais de Recuperação – PARP” de dezembro 2022, onde se vê claramente que, de todas as bancadas do vazio de escavação, a bancada inferior é a que necessita da maior quantidade de estéreis para o seu enchimento e regularização. Assim, não há segurança quanto aos dados apresentados para o volume de estéreis necessários para a recuperação, nem da viabilidade da

execução da solução representada nas peças desenhadas, sem prejuízo de esta não ser coerente com as peças escritas.

Tabela 1 - Complemento ao Quadro 13. (Fonte: Elementos Adicionais Para Efeitos de Conformidade do EIA, pg. 37)

Bancadas	Altura	Descrição	Área	Área Recuperação	Altura Recuperação Média	Materias necessários m3
698 - 688	10	Flanco	51025	6 170	2,5	15 425
688 - 678	10	Flanco	72407	7 999	2,5	19 998
678 - 668	10	Flanco	217765	11 491	2,5	28 728
668 - 658	10	Rebaixa até 667	209755	11 812	5	59 060
658 - 648	10	Rebaixo	197943			0
TOTAL						123 210

Por último, relativamente ao enchimento e modelação proposto na solução de recuperação das bancadas que ficarão acima do nível da água (bancadas 678 - 668, 688 - 678 e 698 - 688), de acordo, mais uma vez, com o esquema apresentado na página 34 do documento “RESPOSTA_PEA_ERVILHAO_JANEIRO_2023” (Figura 1) e com as peças escritas do mesmo documento, é previsto a existência de taludes verticais com altura de 7,5 m, o que levanta sérias preocupações quanto à segurança do local após o encerramento, nomeadamente pela solução de vedação proposta no Plano de Pedreira. Note-se que nas páginas 41 e 102 deste documento é referido que a vedação será aplicada a todo o perímetro da pedreira, mas pela análise das peças desenhadas “Desenho n.º 2 – Plano de Lavra – Situação no final da exploração” e “Desenho n.º 4 - Planta de Recuperação Final – PARP”, de dezembro de 2022, observou-se que a vedação proposta não é contínua (quebra na zona SW da pedreira), não cobrindo assim todo o perímetro da área licenciada, e não sendo também proposta uma vedação dedicada, com características perenes, para o limite do bordo de escavação.

3.2.3. Ponto 17 do pedido de elementos adicionais, referente a Resíduos de extração – Módulo XVII do Anexo II da Portaria n.º 399/2015, de 5 de novembro, em linha com o DL n.º 10/2010, de 4 de fevereiro.

Relativamente à necessidade de apresentação de PGR, nos termos do DL 10/2010, de 4 de fevereiro, para a “escombreira” de deposição temporária de resíduos inertes e terras de cobertura:

Em primeiro lugar, apesar de ter previsto a separação da deposição e armazenagem dos inertes e das terras de cobertura, como solicitado, dedicando assim uma área isolada a cada um deles, o proponente não respondeu ao pedido de elementos adicionais no que se refere ao PGR das pargas de terras de cobertura, que se constitui como uma instalação de resíduos, uma vez que estes resíduos de extração permanecerão armazenados no local identificado no “Desenho n.º 2 – Situação no final da exploração” como *Pargas – terras de cobertura* (Figura 3), até o final da exploração da pedreira, logo por tempo superior a 3 anos.



Figura 3. Recorte da peça desenhada representando a situação da pedreira no final da exploração. (Fonte: Desenho n.º 2, Dezembro 2022).

Relativamente à deposição do material inerte a utilizar para o enchimento e modelação das bancadas no vazio de escavação, o proponente refere, na página 40 do documento "RESPOSTA_PEA_ERVILHAO_JANEIRO_2023", o seguinte:

"Trata-se de uma pedreira para a produção de agregados, onde os rejeitados da exploração da pedreira são inexistentes ou residuais pois o aproveitamento previsto será próximo dos 100%. Para a concretização do PARP prevê-se, no entanto, a utilização de materiais endógenos, não propriamente resíduos, mas materiais que podem ser desviados dos toutvenants, através da seleção, crivagem, à entrada do primário com a retirada de terras, de acordo com as necessidades de recuperação necessárias a fazer de acordo com o PARP"

"Eventualmente, por uma questão de organização e logística dos trabalhos, poderão ser armazenados em local próprio, escombreira, por um período inferior a 3 anos, sempre com o objetivo de utilização logo que possível na recuperação da pedreira"

Ora, se o material endógeno referido não é comercializado, tendo origem na exploração da massa mineral mas não sendo produto da pedreira, destinando-se, pelo contrário, a ser utilizado para deposição nos vazios de escavação para fins de reabilitação, este material é, para todos os efeitos, um resíduo de extração, que será armazenado em local próprio, escombreira como referido pelo proponente, constituindo assim, de acordo com a alínea i) do art.º 3º do DL 10/2010, de 4 de fevereiro, uma instalação de resíduos, uma vez que, apesar de o proponente referir que o material será armazenado por um período inferior a 3 anos, o local em si será dedicado para escombreira do material inerte durante toda a vida útil da pedreira, como é ilustrado na peça desenhada

“Desenho n.º 2 – Plano de Lavra – Situação no final da exploração” como *Escombreira* (Figura 3). Assim, teria também o proponente de ter apresentado o respetivo PGR, nos termos do DL 10/2010, de 4 de fevereiro, para a escombreira de material inerte/resíduos de extração, para que pudessem ser avaliados os respetivos impactes ambientais.

3.3. Resumo Não Técnico

O RNT não foi atualizado em conformidade com as respostas apresentadas ao pedido de elementos adicionais.

4. CONCLUSÃO

Na análise apresentada no número anterior, efetuada na fase conformidade do EIA do projeto de Ampliação da Pedreira n.º 4519 designada “Ervilhão”, orientada pelo documento “Critérios para a fase de conformidade em AIA” da Agência Portuguesa do Ambiente, foram identificadas

- a) a falta de harmonização de peças cartográficas e/ou desenhadas e os documentos apresentados;
- b) ausência de informação coerente, nomeadamente no que diz respeito ao PARP, que faz parte do Plano de Pedreira.

A completar as razões acima referidas, acresce a falta de resposta ao solicitado pelo fator ambiental recursos hídricos e ao PARP facto que não permite uma avaliação adequada do projeto, e consequente apoio fundamentado à tomada de decisão.

Considera esta CA que os documentos não possibilitam a continuação dos trabalhos, na medida em que não se dispõe da informação necessária para avaliar fundamentadamente se o projeto terá efeitos significativos no ambiente, pelo que esta CA propõe que seja emitida a decisão de desconformidade do EIA.

Pela Comissão de Avaliação

A presidente da CA